



Assembleia Municipal

ATA Nº 27

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária Nº 1 , realizada no dia 22 de Fevereiro de 2013

Aos 22 dias do mês de Fevereiro de 2013 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram nesta Assembleia os seguintes deputados: Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Henrique Miguel Caetano Santana, António Alberto Ventura da Costa, Lúcio António Vieira Amaral, Inês da Nóbrega Pimenta D'Aguiar, Joana de Brito Monteiro Serrano, Carla Margarida da Costa Raposo e Tiago Manuel Fragoso Bento Machacaz. Estiveram ainda presentes os vereadores Carlos Jorge Pereira, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz e João Pedro Costa Arraiolos, bem como o Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira.

O Presidente da Mesa deu início à sessão eram vinte e uma horas e quinze minutos.

Registou-se a ausência de um deputado da bancada do PSD/CDS.

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenções.

Atas

Passou-se à apreciação e votação das atas nº 23/2012 e 24/2012, correspondentes à sessão da Assembleia do dia 21 Setembro de 2012, a qual teve continuidade no dia 24 de Setembro de 2012.

Com as correções propostas pela deputada Inês D'Aguiar, as actas nº 23 e 24/2012 foram aprovadas por maioria com uma abstenção da deputada do PS Carla Raposo, que não esteve presente na reunião.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção		1		1

Votação das atas nº 23 e 24/2012

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 25/2012, da reunião de 28 de Novembro de 2012, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções dos deputados Tiago Machacaz, Lúcio Amaral e Inês D'Aguiar, que não estiveram presentes na reunião.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		4	8	12
Contra				
Abstenção		2	1	3

Votação acta nº 25/2012

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção do deputado Henrique Santana. O deputado tomou a palavra para congratular o Executivo pelas comemorações do Carnaval, que correram bastante bem não obstante o mau tempo que se fez sentir. Para o deputado ficou mais uma vez provado que se pode realizar um Carnaval com um orçamento reduzido que tenha qualidade e que saiba divertir toda a gente, não ficando em nada a dever ao Carnaval de outras zonas.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada recordou a assunção por parte do Executivo da intenção de convidar uma comitiva de Champigny, a cidade francesa geminada com o nosso Município, para participar nas comemorações do 25 de Abril em Alpiarça. Pretende pois saber o que é que tem sido feito nesse sentido.

A deputada pretende ainda saber qual o ponto de situação relativamente à distribuição de gás natural, nomeadamente se há previsões para o alargamento da rede.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado referiu-se à recente abertura de um concurso público para exploração do Parque de Campismo. O deputado sabe da existência de um projeto com um âmbito mais alargado para toda aquela área, nomeadamente ao nível da construção de um parque temático, pelo que pergunta se o concurso que foi lançado se destina apenas à concessão do Parque de Campismo e, se sim, se isso não poderá eventualmente condicionar o interesse de uma entidade que possa vir a desenvolver essa componente de lazer do parque temático. Ao mesmo tempo o deputado perguntou quais são as contrapartidas que a Câmara irá assumir nesse concurso público, isto é, que parte do investimento que cabe fazer no Parque de Campismo pertencerá à Autarquia.

O deputado pretendia ainda saber se a Câmara já foi abordada por alguma entidade com capacidade para ficar com a concessão e se o Executivo fez alguma ação junto dos *players* desse sector para divulgar todo o potencial turístico de Alpiarça. Até porque o deputado duvida que, a menos que sejamos nós a vender lá fora o que temos, os possíveis interessados possam descobrir por si mesmos.

Por fim, o deputado leu uma proposta da Bancada do PS para homenagear o Dr. Hermínio Duarte Paciência com a Medalha da Liberdade aquando das comemorações do 25 de Abril.

A deputada Inês D'Aguiar sugeriu, uma vez que a bancada da CDU também tinha uma proposta do mesmo género para fazer, que se apresentassem agora essas propostas e se votassem depois de um pequeno intervalo para que as bancadas tivessem oportunidade de conferenciar.

O Presidente da Mesa aceitou a sugestão, pelo que a deputada Inês D'Aguiar passou a ler a proposta da CDU para homenagear o Clube Desportivo “Os Águias” e a Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro com a Medalha da Liberdade.

A deputada Inês D'Aguiar referiu-se ainda ao que foi referido na última sessão acerca das Piscinas Municipais. Alegadamente essas instalações teriam pouca utilização, ideia que a deputada refutou com números, explicando que as piscinas têm cerca de 300 utilizadores frequentes.

Por fim a deputada saudou o Executivo pela notícia de que existiria uma proposta de recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho através de protocolo com o Ministério da Administração Interna, pedindo mais esclarecimentos sobre o assunto.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro para apresentar uma moção contra os ataques à autonomia do Poder Local levados a cabo pelo Governo.

Depois de uma breve interrupção, os trabalhos foram retomados, tendo-se passado à votação da proposta do PS para atribuição da Medalha da Liberdade ao Dr. Hermínio Duarte Paciência.

A proposta para atribuição da Medalha da Liberdade ao Dr. Hermínio Duarte Paciência foi aprovada por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	9	15
Contra				
Abstenção				

Votação da Proposta do PS/Alpiarça é a Razão – Atribuição de Medalha da Liberdade a Dr. Hermínio Duarte Paciência

Passou-se à discussão da proposta da CDU para atribuição da Medalha da Liberdade às coletividades Clube Desportivo “Os Águias” e à Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro.

O deputado Fernando Ramalho perguntou se o regulamento para a atribuição destas medalhas prevê que estas possam ser entregues a pessoas coletivas.

O Presidente da Mesa julga que o regulamento é omissivo em relação a essa matéria, pelo que não deverá existir nenhum impedimento. Em todo o caso, uma vez que a deputada Inês D'Aguiar tinha na sua posse uma cópia do Regulamento, o Presidente pediu que lho fizessem chegar e passou a ler o artigo que determina que as medalhas podem ser entregues tanto a pessoas singulares como a pessoas coletivas.

Passou-se à votação da proposta da CDU para atribuição da Medalha da Liberdade ao Clube Desportivo “Os Águias” e à Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro.

A proposta da CDU para atribuição da Medalha da Liberdade às coletividades Clube Desportivo “Os Águias” e à Sociedade Filarmónica Alpiarçense 1º de Dezembro foi aprovada por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	9	15
Contra				
Abstenção				

Votação da Proposta da CDU – Atribuição de Medalha da Liberdade ao C.D. “Os Águias” e S.F.A. 1º de Dezembro.

Passou-se à votação da moção apresentada pela CDU sobre a proposta de alteração da Lei das Finanças Locais e o ataque que esta representa à autonomia do Poder Local.

A moção apresentada pela bancada da CDU foi aprovada por maioria com uma abstenção da deputada Carla Raposo.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		5	9	14
Contra				
Abstenção		1		1

Votação da Moção da CDU sobre ataque à autonomia do Poder Local

Posto o que o Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo que, na pessoa do Presidente da Câmara, passou a responder às questões.

Em relação ao Carnaval 2013, o Presidente afirmou que de facto foi uma atividade bastante participada, que se prolongou por vários dias, e que teve o envolvimento de muitos jovens.

Sobre a possibilidade de se endereçar um convite à cidade francesa geminada com Alpiarça para que uma comitiva esteja presente nas comemorações do 25 de Abril e participe na Feira do Livro, o Presidente explicou que está a preparar uma carta ao Presidente da Câmara dos nossos congéneres a dar conta desse nosso desejo e que só não a enviou ainda porque há alguns aspetos a limar, nomeadamente em relação ao programa e às datas para as várias realizações previstas.

Quanto à questão da distribuição de gás natural, o Presidente começou por lembrar que o Município, ainda durante o mandato anterior, deixou de ter participação na TagusGás, a empresa que procede à distribuição de gás natural na nossa região. Em todo o caso, há sempre a possibilidade de a Câmara contactar a empresa no sentido de a sensibilizar para a necessidade de expandir a rede neste ou naquele ponto, consoante haja solicitação dos municípios. A decisão de proceder ou não à extensão fica no entanto condicionada à disponibilidade e interesse da empresa, a qual se rege por princípios de rentabilidade.

Já em relação à abertura do concurso público para concessão do Parque de Campismo e às questões levantadas pelo deputado Paulo Sardinheiro acerca do projeto global de desenvolvimento turístico do Alto Castelo, o Presidente começou por explicar que a ideia inicial seria lançar um concurso para concessão de toda aquela área na sequência do projeto-conceito apresentado pela empresa contratada para o conceber, o qual apontava para a criação e dinamização de um parque temático. Acontece que, como é do conhecimento de todos, os tempos não estão fáceis para a captação de investimento, pelo que, depois de um compasso de espera se decidiu avançar faseadamente com o projeto, começando com esta concessão do

Parque de Campismo sem o risco de comprometer o projeto na globalidade. Esse compasso de espera deveu-se essencialmente à tal necessidade de prospeção de mercado e de contacto com as entidades eventualmente interessadas de que o deputado falou e que foi feito pela empresa que elaborou o estudo-projeto, cujo trabalho de colaboração com a Autarquia não terminou com a entrega do documento, uma vez que tem estado no campo e tem procurado, em articulação com a Câmara, captar eventuais investidores, mostrando o projeto e tornando-o apetecível para quem atua nesta área. Trabalho que infelizmente ainda não deu frutos, pelo que se optou por avançar já com o Parque de Campismo para que este não continuasse a deteriorar-se e possa servir as pessoas que nos queiram visitar.

Por fim, relativamente à recuperação do antigo edifício da Câmara e atual Quartel da GNR, o Presidente deu conta das negociações que estão a decorrer com o Ministério da Administração Interna na sequência de uma visita do Ministro às instalações da GNR por solicitação da Câmara. Nessa visita deu-se a conhecer ao Ministro a intenção do Executivo de recuperar o edifício, aproveitando possibilidades que se abrem no QREN para recuperação de edifícios onde estivessem instalados serviços da Administração Interna. Perante isto, o Ministro mostrou-se perfeitamente disponível e afirmou a capacidade financeira do Ministério para suportar parte da componente nacional num eventual projeto de reabilitação do quartel. Tanto que logo no dia a seguir deslocou-se a Alpiarça o Diretor-Geral de Infraestruturas e Equipamentos do Ministério, acompanhado de elementos do Comando Distrital da GNR e de um conjunto de técnicos, para visitar o edifício, sendo que demonstraram grande interesse pelo património em causa, não só pelos seus elementos arquitetónicos, mas também pelos seus elementos históricos. Entretanto já houve contacto entre essa Direção-Geral e os serviços técnicos da Câmara no sentido de se começar a definir o projeto para a candidatura.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado mostrou-se agradado por finalmente se estar a procurar uma solução para o Parque de Campismo, e lembrou que a contestação do PS não era tanto de cariz político mas económico, uma vez que quanto mais tempo o Parque de Campismo estiver parado, maior será o investimento necessário para o recuperar. O deputado alertou ainda o Executivo para que este tenha em atenção aquilo que se passou no passado para que não se volte a repetir e não voltemos a ter uma situação em que a Câmara se veja impossibilitada de revogar o contrato de exploração com uma entidade que não cumpra o que se tinha comprometido fazer em termos de investimento. O deputado perguntou quais os timings previstos para este concurso e, tendo em conta a existência de algum pessimismo relativamente à conjuntura económica, perguntou se o Executivo tem algum plano B para o Parque de Campismo, ao mesmo tempo que desafiou o Executivo a aceitar a sua ideia de convidar determinados gestores a experienciar Alpiarça como plano B. Até porque, segundo o deputado, sempre que delegamos trabalho a terceiros, estes não o fazem com a mesma paixão que os verdadeiros interessados. Sendo a oferta turística em Alpiarça tão rica e diversificada, o deputado fica espantado não tenha surgido nenhuma abordagem de nenhuma entidade com interesse no projeto, o que só revela que não foi feito trabalho suficiente para chegar até elas.

O Presidente reiterou o que já havia dito ao deputado Paulo Sardinheiro: que se fizeram diversas abordagens a eventuais interessados, tendo inclusivamente havido empresas do ramo a deslocarem-se Alpiarça para tomarem contacto com a realidade. Essas entidades ficaram agradadas com as condições no terreno e com as potencialidades do projeto, mas adiantaram

desde logo que não estavam em condições de avançar com uma proposta dada a atual incapacidade de investimento.

Quanto ao eventual plano alternativo caso não seja concluído este processo de concurso, o Presidente explicou que o que se poderá fazer é reformular o projeto, sobretudo ao nível das exigências que a Câmara faz. Em todo o caso, está convencido que aparecerão interessados no Parque de Campismo.

Por fim, em relação aos timings, o Presidente espera que no prazo de dois meses o processo esteja concluído. Sendo que o concessionário terá sessenta dias para abrir o Parque desde a data da assinatura do contrato. A ideia é que antes do Verão possa estar concluído o essencial da recuperação do Parque de Campismo.

Terminada a ronda de respostas por parte do Executivo, o Presidente da Assembleia recordou as recentes discussões em torno da possibilidade de se passar a fazer um registo vídeo das sessões da Assembleia Municipal, manifestando-se favorável a essa intenção desde que a transmissão de imagens obedeça a regras definidas e aceites por todos os intervenientes. Com esse propósito o Presidente decidiu pedir alguns pareceres jurídicos a algumas entidades, entre elas a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e alguns pareceres informais a outras assembleias de outros municípios que já têm implementado um sistema de transmissão vídeo. A opinião do Presidente é que não há qualquer motivo para interditar a transmissão destas sessões para o exterior e, assim sendo, assume o compromisso pessoal de até ao fim do mandato implementar um regulamento relativamente à transmissão sob a forma de vídeo do conteúdo destas Assembleia. Para tal, o Presidente da Assembleia propôs que se formasse uma comissão constituída por quatro elementos, o Presidente e um representante de cada uma das bancadas, com o fim de proceder à redação do regulamento. Assim, o Presidente sugeriu, se as bancadas estiverem de acordo, que a comissão fosse constituída por si, pelo deputado João Vasco Peixinho, em representação da bancada da CDU, pelo deputado Paulo Sardinheiro, em representação da bancada do PS, e pelo deputado João de Brito, em representação da bancada do PSD, pessoas a quem já endereçou informalmente um convite e que prontamente aceitaram.

O Presidente da Câmara afirmou que na comissão tal como foi definida não estavam representados todos os intervenientes na Assembleia, uma vez que está a faltar um representante do Executivo Municipal.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada concorda que sejam feitas gravações em vídeo das sessões da Assembleia, mas discorda que seja a Mesa a propor os representantes de cada uma das bancadas, até porque, no caso da bancada da CDU, o representante proposto faz também parte da Mesa, pelo que seriam dois representantes da Mesa da Assembleia na comissão e nenhum da bancada propriamente dita, o que no seu entender não faz sentido. Para além disso, existe a figura do líder de bancada que tem o papel de representar a bancada a que pertence ou nomear quem o representasse. Em último lugar, a deputada defende que um representante do Executivo devia fazer parte desta comissão, uma vez que o Executivo também intervém nesta Assembleia.

O Presidente da Mesa explicou que não escolheu ninguém, tendo-se limitado a convidar pessoas para fazerem parte desta comissão e, depois de obter consentimento por parte delas, a apresentar a proposta que considera válida, até porque vem do Presidente em funções nesta Assembleia. Em todo o caso, o regulamento final terá necessariamente de vir à Assembleia para aprovar, e nessa altura as bancadas serão livres de discordar do resultado final e reprovar a proposta. De resto, o Presidente lembrou que as comissões municipais sempre foram constituídas por elementos das bancadas ou pessoas indicadas por estas, nunca em momento algum por elementos do Executivo Camarário.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou que o PS concorda em absoluto que as sessões da Assembleia sejam gravadas em vídeo, e estão portanto a favor de todas as formas que se encontrarem para fazer chegar o que se passa na Assembleia à população, desde que se obedeça a regras aceites por todos. Aquilo ao qual a bancada do PS sempre se opôs foi que as gravações fossem feitas *ad hoc* e que a Câmara viesse aqui filmar as intervenções do Presidente e depois as transmitisse da forma que bem entendesse. O PS exige que haja um regulamento com um conjunto de regras que garantam que todas as bancadas são tratadas da mesma forma e que forneça meios às bancadas para se defenderem sempre que considerarem que não estão a ser tratadas de forma adequada. O que o deputado estranha é que a CDU, que foi quem surgiu com esta vontade de filmar as sessões da Assembleia, ainda não tenha trazido um projeto de regulamento para ser discutido. Para concluir, o deputado declarou que o PS concorda inteiramente com a proposta do Presidente da Assembleia, pelo que irá votá-la favoravelmente. Entende que, como a CDU não fez o trabalho que seria consequente com o seu discurso acerca da sua vontade de filmar as sessões, em boa hora o Presidente da Assembleia decidiu despoletar hoje esta questão. De resto, é de lei que a Câmara não pode participar nas comissões da Assembleia Municipal.

Intervenção do Presidente da Câmara, esclarecendo que nunca disse que a Câmara devia fazer parte dessa comissão, simplesmente precisou o que o Presidente da Mesa disse, uma vez que este garantia que todos os intervenientes na Assembleia estariam representados na Comissão por ele apresentada, o que não é verdade, porque o Executivo também intervém. Daí não decorre que o Executivo queira estar representado na comissão.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado afirmou que nada o move contra os nomes que o Presidente da Assembleia apresentou, e muito menos contra o do seu camarada João Vasco Peixinho. Entende contudo que a norma desta Assembleia sempre que se formam comissões é serem as bancadas a indicarem os seus representantes, pelo que seria natural que o mesmo se passasse desta vez.

O Presidente da Assembleia afirmou que apresentou uma proposta que está agora a ser discutida para ser posteriormente votada e perguntou se a CDU tinha alguma proposta alternativa a apresentar a esta Assembleia.

Intervenção da deputada Graciete Brito reiterando as palavras do deputado Fernando Ramalho quando este diz que ninguém na bancada do PS se opõe a que essas filmagens sejam realizadas. No entanto, queria chamar a atenção para o facto de possivelmente a aquisição dos meios técnicos necessários à captação de imagens em circunstâncias de igualdade para todos os intervenientes envolver custos consideráveis, pelo que julga que seria importante acautelar

essa situação antes de a futura comissão desenvolver um trabalho que depois poderá ficar sem resultados práticos por falta de recursos.

O Presidente da Câmara interveio ainda para dizer que a CDU não pode responder a provocações, o que seria mau para a democracia em Alpiarça. A bancada do seu partido também não se pode deixar condicionar por quem não tem afinidade alguma com ela. Quanto à proposta que está em cima da mesa, acha que faz todo o sentido e afirmou que se estivesse no lugar da sua bancada abstinha-se e deixava que a votação continuasse e tirava as consequências políticas que são de tirar no dia seguinte.

Neste momento, o Presidente da Assembleia suspendeu a sessão por cinco minutos.

Retomada a sessão, o Presidente da Assembleia declarou que retirava a sua proposta dada a polémica que gerou. Entende que o seu contributo não foi bem recebido e, como tal, deixa a iniciativa a quem esteja verdadeiramente interessado em que as sessões da Assembleia sejam filmadas.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado estranhou toda esta polémica em torno de um assunto que à partida parecia tão pacífico, até porque a iniciativa das filmagens tinha partido do Presidente da Câmara. A proposta do Presidente da Assembleia parecia-lhe honesta e sem qualquer segunda intenção. A proposta incluía pessoas com quem o Presidente tem alguma afinidade ou com quem eventualmente gosta de trabalhar, o que lhe parece natural, e julga que todas as fações estavam bem representadas e se podia desenvolver um trabalho justo e sério. O deputado entende que um regulamento como este tem de partir do conjunto das bancadas, através da composição de uma comissão, e não de uma única bancada que apresente para votação um projeto de regulamento com a sua interpretação pessoal das regras. Lamenta por isso a politização destas iniciativas.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a apresenta pelo Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

O Presidente da Câmara realçou a evolução da situação financeira do Município, informando que à data de ontem o Município tinha reduzido a dívida, saldada no fecho de contas em 2009 em €13.330.000,00, em cerca de €1.177.000,00, estando agora fixada em €12.153.000,00. Esta evolução contraria completamente a tendência anterior, que era a de a Câmara se endividar ao ritmo de mais de um milhão de euros por ano.

Quanto às atividades mais relevantes, o Presidente destacou a reunião com a nova Diretora Executiva do Agrupamento de Centro de Saúde, na qual se abordaram alguns aspetos relativamente ao funcionamento do Centro de Saúde de Alpiarça, relativamente à possibilidade de abertura da extensão de saúde do Frade de Baixo e relativamente à definição das condições de recuperação geral do edifício do Centro de Saúde, onde funcionam também a Casa do Povo e a Segurança Social, obras previstas para o início da Primavera, naquilo que é o assumir de uma competência que não é da Autarquia.

O Presidente destacou em seguida o arranque das obras dos arranjos exteriores da Casa dos Patudos, bem como a reunião com o Ministério da Administração Interna a que o Presidente já fez referência.

Entretanto também se inaugurou a nova ETAR e vários outros equipamentos do saneamento de águas de Alpiarça, na sequência de um investimento de mais de 8 milhões no Concelho por parte da empresa Águas do Ribatejo.

Por último, o Presidente destacou uma reunião tida com a nova Secretária de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa na qual se abordaram questões relacionadas com a contratação de pessoal, além de se ter discutido a reprogramação de um contrato-programa que nunca foi executado por dificuldades financeiras do Município, mas que agora se pretende retomar. Trata-se do asfaltamento e das obras de infraestruturas do Frade de Cima que não puderam integrar uma candidatura aos fundos comunitários.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. Relativamente aos números que o Presidente apresentou, o deputado perguntou se o valor da recuperação da dívida não deriva da amortização dos empréstimos para as obras da Casa dos Patudos e do Centro Escolar. O deputado lembrou que o Plano de Saneamento Financeiro prevê uma carência de 3 anos, e portanto só a partir de 2014 é que se começa a reduzir dívida desse financiamento. O deputado perguntou ainda qual foi a redução nos custos com o pessoal, qual foi a redução nas despesas correntes e se durante estes 3 anos realizaram algum investimento em ativos. Na sua perspetiva o único investimento que foi feito em Alpiarça foi aquele que resultou das intervenções da Águas do Ribatejo.

O Presidente explicou que o principal ativo da Câmara de Alpiarça é a população de Alpiarça e que o maior investimento que o Município fez foi na melhoria das condições de vida da sua população. Quanto à amortização da dívida, tal deveu-se obviamente à redução de despesa, seja com o pessoal ou com despesa corrente, e também à amortização dos empréstimos. O certo é que foi essa diminuição da dívida que contribuiu para aliviar a nossa situação e permitiu que o Município tenha hoje outras perspetivas para o futuro.

- Ponto 2 – Apreciação e votação da Proposta de alteração dos Estatutos da AR – Águas do Ribatejo, EM, S.A.

O Presidente da Câmara explicou que se trata de adaptar a realidade da empresa à legislação.

Posto à votação, o segundo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	9	15
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 2

- Ponto 3 – Apreciação e votação da Minuta do contrato de Gestão Delegada para a prestação de serviços de abastecimento público de água para consumo humano e de saneamento de

águas residuais urbanas entre os Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas, e a AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A.

Depois de uma breve apresentação feita pelo Presidente da Câmara, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	9	15
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 3

- Ponto 4 – Apreciação e votação do Contrato de prestação de serviços entre o Município e a LT-SRU.

Depois de uma breve apresentação feita pelo Presidente da Câmara, o quarto ponto da Ordem de Trabalhos foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	9	15
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 4

- Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Regulamento Municipal de Fiscalização Urbanística.

Depois de uma breve apresentação feita pelo Presidente da Câmara, o quinto ponto da Ordem de Trabalhos foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	9	15
Contra				
Abstenção				

Votação do ponto 5

- Ponto 6 – Apreciação da designação do Júri para procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira.

O Presidente da Câmara explicou que embora a abertura deste procedimento concursal não careça da aprovação da Assembleia, esta é chamada a pronunciar-se sobre um elemento específico sem o qual o concurso não pode avançar, nomeadamente no que diz respeito à composição do júri. Quanto à proposta em si, ela surge na sequência da recomendação da inspeção da DGAL, que assinalava a irregularidade e recorrência na Autarquia da contratação de chefes de divisão administrativa e financeira sob o regime de substituição.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada realçou que não há lugar à nomeação de vogais suplentes, tal como diz ser necessário na introdução que acompanha a proposta.

O Presidente explicou que a proposta foi elaborada em articulação com os serviços jurídicos da Câmara, mas que numa fase posterior, por consulta do Executivo à lei, percebeu-se que não estava prevista a obrigatoriedade da nomeação de suplentes.

Nesta fase o Presidente da Assembleia colocou à votação continuidade da sessão a partir da meia-noite. A continuação da sessão foi aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Fernando Ramalho.

O Presidente da Assembleia realçou também que o documento que foi remetido à Assembleia por parte da Câmara refere claramente que o júri deve ser composto por um presidente, dois vogais e dois suplentes.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado sugeriu, tendo em conta que hoje em dia é muito fácil consultar a lei através dos novos meios de comunicação, que se passasse à discussão do ponto seguinte enquanto se consultava o artigo em questão para garantir que a proposta está em conformidade.

Intervenção da Vereadora Sónia Sanfona que explicou que a lei diz rigorosamente aquilo que o Presidente da Câmara acabou de referir, passando em seguida a ler o artigo em questão.

Desfeita a dúvida, passou-se à votação do ponto 6, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção do Presidente da Mesa e uma ausência da sala de um deputado da bancada da CDU.

Votações	PSD	PS	CDU	Total
A favor		6	7	13
Contra				
Abstenção			1	1

Votação do ponto 6

- Ponto 7 – Apreciação do Relatório Anual de Atividades de 2012 e Plano de Ação para 2013 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça.

Convidado a pronunciar-se pelo Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara afirmou não ter nada a dizer relativamente a este assunto.

O Vereador João Arraiolos explicou que a CPCJ presta contas ao Ministério Público, à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens e à Assembleia Municipal. A Câmara Municipal não tem qualquer intervenção na CPCJ.

O Presidente da Assembleia não põe isso em causa, mas lembrou que tradicionalmente o Executivo convidava a CPCJ a vir à Assembleia para responder a questões que os deputados eventualmente quisessem ver esclarecidas.

O Vereador João Pedro Arraiolos lembrou que o representante da CPCJ costuma ser convidado pela Assembleia e não pela Câmara, que apenas faz de intermediário.

O deputado Paulo Sardinheiro estranhou que viesse um documento para ser discutido e ninguém soubesse nada sobre ele, tanto mais que o documento em si é um pouco difícil de entender e trata-se de um assunto delicado porque fala de situações de carência e de

negligência. Perguntou no entanto se nunca passou pela cabeça do Executivo pedir uma análise histórica da evolução destes dados estatísticos.

O Presidente da Câmara reafirmou que a Câmara não tem nada a ver com este assunto, explicando que a Câmara apenas cede as instalações e nomeia um representante, não interferindo de forma alguma nos trabalhos da CPCJ. O Presidente explicou que a Câmara nem sequer recebe o documento que está aqui em apreciação e que o mesmo lhe foi remetido pelo Presidente da Assembleia juntamente com a convocatória e a restante documentação para esta Assembleia.

O Presidente da Assembleia lembrou que a apreciação do relatório anual das atividades da CPCJ tem de vir à Assembleia Municipal para ser discutido. Ora para ser discutido tem de haver alguém que coloque questões e tem de haver alguém que responde às questões. O Presidente não sabe quem tem de responder, mas se o ponto está na ordem de trabalhos é porque o Executivo o fez chegar aos Serviços da Assembleia. Lembrou ainda que nos últimos 3 anos esteve sempre presente um representante da CPCJ nomeado pelo Executivo para responder às questões.

O Vereador João Arraiolos afirmou que o Executivo não tem competência para nomear ninguém em nome da CPCJ.

O Presidente da Câmara explicou que a vinda de um representante da CPCJ é uma competência da Mesa da Assembleia Municipal, que é a entidade a quem é remetido o relatório.

O Presidente de Assembleia decidiu retirar qualquer observação relativamente a esta matéria e deu a palavra ao deputado Paulo Sardinheiro para que este terminasse a sua intervenção.

O deputado Paulo Sardinheiro perguntou se não seria mais interessante que este relatório contivesse um gráfico da evolução das situações assinaladas, uma vez que os números apresentados reportam apenas ao ano de 2012. Em relação aos números apresentados, o deputado congratula-se por haver poucos casos referenciados, embora não deixe de estranhar que sejam tão poucos numa população de 8 mil pessoas.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado lamentou que este ano o relatório da CPCJ deixe muito a desejar. A título de exemplo o deputado mencionou o que parece ser um email pessoal que foi fotocopiado e entregue a todos os membros da Assembleia juntamente com o relatório, tendo passado a ler o conteúdo desse email.

A deputada Inês D'Aguiar interrompeu o deputado censurando a sua atitude ao divulgar o conteúdo do email que por lapso veio junto com a documentação e que contém nomes de pessoas.

O Presidente da Câmara declarou querer a intervenção do deputado Fernando Ramalho retratada na ata a fim de fazer chegar uma certidão aos elementos da CPCJ dando conta da indiscrição com que o assunto foi tratado.

O Presidente da Assembleia fez um ponto de ordem dizendo que independentemente de todo o mal-estar entre os membros da Assembleia, as crianças e jovens que são acompanhados por

esta comissão não têm culpa desta situação. Por respeito a eles, o Presidente apelou a que se acabasse aqui com a discussão, tanto mais que se trata de um assunto sensível de cariz social que não deve ser politizado.

O Presidente da Câmara declarou que está disposto a acabar com a discussão quando o Presidente da Assembleia assumir a responsabilidade que lhe cabe por não estar presente nenhum membro da CPCJ para esclarecer a Assembleia, uma vez que se trata de uma competência da Mesa da Assembleia. Quanto à politização do assunto, o Presidente afirmou que quiseram politizá-lo quando tentaram assacar responsabilidades ao Executivo.

O deputado Fernando Ramalho retomou a sua intervenção, afirmando que o relatório é pouco explícito, uma vez que só apresenta quadros e não tem nenhuma parte expositiva que permita tirar conclusões. Por outro lado, houve evidentemente alguma incúria, nomeadamente em relação à situação que já referiu. O deputado é da opinião de que se a lei prevê que este relatório venha à Assembleia Municipal é porque a lei considera que é útil que a comunidade perceba o que é que se está a passar com as crianças e os jovens mais carenciados e mais necessitados de proteção social da sua terra. Desde que o deputado pertence a esta Assembleia, e já lá vão cerca de oito anos, sempre esteve presente um representante da CPCJ para esclarecer os deputados. Para além de este ano não estar ninguém com essa função, o próprio relatório não vai além da apresentação de números que, por si só, não significam nada. O deputado considera que este é um assunto demasiado importante para ser ignorado pela Assembleia, pelo que sugeriu que se retirasse este ponto e se remetesse a sua discussão para a próxima sessão, depois de se enviar o relatório à CPCJ pedindo um nível de análise mais detalhado e convidando um representante da Comissão a estar presente na Assembleia.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada considera vergonhoso o aproveitamento que se está a fazer desta situação. Considera que, mais do que preocupação por parte dos deputados do PS, parece haver uma intenção sensacionalista. Lembrou que começou a vir à Assembleia um representante da CPCJ a partir deste mandato apenas, e recordou o que foi dito pela Presidente da Comissão no ano passado, nomeadamente que a elaboração deste relatório obedece a regras previamente definidas e uniformizadas por um sistema informático. Relativamente à evolução do número de casos referenciados, a deputada explicou que é possível fazer um acompanhamento, não só porque o relatório faz referência aos casos que transitaram do ano anterior, mas também porque os deputados dispõem dos relatórios dos anos transatos. Quanto aos motivos que justificaram a instauração dos processos, a deputada referiu que eles vêm distintamente discriminados no relatório, e só não são mais especificados porque são sigilosos. Por fim, a deputada lembrou que o PS apresentou duas pessoas para fazerem parte da comissão alargada da CPCJ e, se não está em erro, uma dessas pessoas era a deputada Carla Raposo, pelo que talvez pudessem esclarecer as dúvidas com a colega de bancada.

O deputado Fernando Ramalho pediu a palavra evocando a figura regimental da Defesa da Honra. O deputado afirmou não ter nenhuma intenção de fazer aproveitamento político da situação, e quanto ao facto de dizerem que o Presidente da CPCJ não vinha à Assembleia em anteriores mandatos, o deputado terá o cuidado de se encarregar de trazer na próxima sessão as atas das assembleias que provam o contrário.

O Presidente da Assembleia declarou que não sabe se em mandatos anteriores estiveram ou não presentes representantes da CPCJ, mas sabe que neste mandato sempre veio alguém apresentar o relatório e responder às questões dos deputados. Não estando ninguém capaz de cumprir essas funções, o Presidente considera a hipótese de retirar o ponto e remetê-lo à próxima sessão. Sobre este assunto ainda, o Presidente recordou com orgulho a sessão do ano passado em que o relatório da CPCJ veio à Assembleia e os esclarecimentos cabalmente prestados pela Presidente da CPCJ da altura. O Presidente considera que essa discussão foi muito mais interessante e eventualmente mais proveitosa para as crianças e jovens em risco do que saber de quem é a responsabilidade de não estar presente um representante da CPCJ.

O Presidente da Câmara afirmou que essa é que é a questão, a de saber de quem é a responsabilidade de não estar ninguém da CPCJ na Assembleia.

O Presidente da Assembleia afirmou que se o problema é assumir a responsabilidade, ele não tem problemas em assumi-la. Nos outros anos o Presidente da Mesa pediu ao Presidente da Câmara para falar com as pessoas e o Executivo encarregou-se de trazê-las cá. Este ano o Presidente da Câmara não quis tomar a iniciativa de falar com ninguém. Sendo assim, tudo bem, o Presidente assume as culpas. Reiterou, no entanto, que isso não vai trazer nenhum benefício às crianças e jovens em risco.

Intervenção do deputado Henrique Santana. O deputado explicou que pertence a uma entidade que faz parte da comissão alargada da CPCJ e esteve presente na reunião em que foi aprovado este relatório. Após a reunião da comissão alargada, a Presidente da CPCJ pegou no documento e enviou-o ao Presidente da Assembleia Municipal a fim de que este desse conhecimento à Assembleia do conteúdo do mesmo. Assim sendo, fica provado que a Câmara não tem nada a ver com este assunto.

O ponto 7 foi retirado da ordem de trabalhos.

Período de Intervenção do Público

Intervenção do munícipe Francisco Cunha. O munícipe referiu-se à solução agora anunciada para o Parque de Campismo. Entende o munícipe que a Câmara nada fez desde que tomou posse há quarenta e um meses atrás para reverter a situação desse equipamento e não é correto que agora, a sete meses das eleições, se decida abrir um concurso para concessão por dez anos do Parque sem ouvir o que os outros candidatos das outras listas têm para dizer acerca desta questão e que soluções preconizam para aquela zona. O munícipe afirmou que não é líquido que a CDU ganhe as eleições e que ao abrir este concurso está a hipotecar por dez anos as ideias que os outros candidatos tenham para a rentabilização do Parque de Campismo. Na opinião do munícipe, trata-se de uma medida eleitoralista para poderem dizer que fizeram alguma coisa. O munícipe não nega que o Executivo tem legitimidade para o fazer, mas considera que o deviam ter feito há quarenta meses atrás.

Intervenção do munícipe Emídio Sardinheiro. O munícipe interveio para deixar o seu aplauso àquilo que considera ser a parte boa da Assembleia, nomeadamente a aprovação por unanimidade de praticamente todos os pontos que foram discutidos, a informação sobre a

redução do passivo do Município numa altura em que toda a gente aumenta a dívida, inclusivamente o próprio Governo, ou a intervenção da Vereadora Sónia Sanfona quando se referiu à lei de uma forma objetiva e esclarecedora, intervenção que lamentavelmente não foi bem acolhida por um dos representantes da Assembleia. O município deixou por fim um apelo para que de futuro haja melhor preparação por parte dos membros da Assembleia para que não se repitam situações como a deste último ponto, em que houve claramente uma falha de comunicação que podia ter sido evitada.

Intervenção do deputado João Vasco Peixinho. O deputado corrigiu o que disse o município Francisco Cunha, uma vez que o Parque de Campismo não está há quarenta e um meses fechado. Esclareceu o deputado que enquanto o Vereador Mário Peixinho foi vivo o Parque de Campismo manteve-se a funcionar e fizeram-se algumas intervenções de manutenção do equipamento. A intenção do Vereador era, com efeito, que o Parque não fechasse e tudo fez para isso não acontecesse.

O Presidente da Câmara passou a responder às questões dos municípios. Em primeiro lugar, referindo-se à intervenção do município Francisco Cunha, o Presidente comentou que este tipo de intervenções criam uma situação estranha na Assembleia, uma vez que este não é o local próprio para os debates de campanha eleitoral.

Relativamente à dívida, o Presidente quis realçar o montante do valor reduzido, que considera ser bastante significativo. E mais significativo se se tiver em conta que no anterior mandato a Câmara se endividava a um ritmo de um milhão de euros por ano. O atual Executivo não só inverteu este ciclo, como ainda conseguiu pagar dívida na conjuntura atual, que é fortemente desfavorável por causa dos cortes nas transferências para as Autarquias promovidos pela Administração Central. Para além disso, ainda se conseguiu ter realizações a vários níveis e ter um nível de serviços prestados com saldo muito positivo.

Quanto ao Parque de Campismo, o Presidente comentou que de facto todas as opções são discutíveis em democracia. Simplesmente esta é a opção do Executivo, que é quem tem legitimidade para deliberar e decidir o rumo do Município. A opção de abrir concurso público, que é aberto, publicitado e tem total transparência, parece-lhe ser aquela que melhor serve os interesses do Concelho, uma vez que a proposta vencedora será certamente a melhor. Aproveitando a menção do município, o Presidente acrescentou que se o município Francisco Cunha tinha projetos para aquela área teria sido bem mais proveitoso que ele os tivesse apresentado ao Executivo no devido tempo, até porque o Executivo tem-se empenhado em fazer uma prospeção de mercado que pudesse trazer investimento para toda aquela área do Alto Castelo e assim podia contar com mais um contributo.

O Presidente também concorda com o que disse o deputado João Vasco Peixinho. De facto, não foram 41 meses que o Parque de Campismo esteve fechado. Quando a Câmara tomou posse do Parque de Campismo em Abril de 2010 colocavam-se duas opções: ou fechavam o Parque ou procuravam mantê-lo aberto nas condições possíveis. Na altura foi essa a opção do Executivo, ainda que o Município não tivesse uma estrutura de pessoal afeto àquelas instalações e o Parque não reunisse condições de funcionamento. Entretanto foram-se fazendo intervenções pontuais na medida das possibilidades da Câmara, até que se chegou à conclusão

que não era mais sustentável continuar com o Parque aberto, até porque se viesse uma inspeção a Câmara teria de se haver com multas pesadíssimas.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era uma hora e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____